Sumário

CAPÍTULO 1 PRINCIPAIS PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL 1
1. Conceito 1

CAPÍTULO 2 NOÇÕES PRELIMINARES DE DIREITO ELEITORAL 7
1. A linha conceitual e os objetivos do Direito Eleitoral 7
2. As origens históricas da Justiça Eleitoral 7
3. A Carta Magna de 1988 e o Direito Eleitoral 7
4. A origem do poder 8
5. A soberania popular 8
5.1. A diferença entre plebiscito e referendo 9
5.2. Exemplo didático e histórico de plebiscito 9
5.3. Exemplo didático e histórico de referendo 9
5.4. A competência para autorizar referendo e convocar plebiscito 9
5.5. As matérias que devem ser vinculadas ao plebiscito 9
5.6. A iniciativa popular 10
6. As fontes do Direito Eleitoral 10
6.1. A fonte primária do Direito Eleitoral 10
6.2. Divisão das fontes no âmbito da legislação ordinária ... 11
6.2.1. Fontes próprias do Direito Eleitoral 11
6.2.2. Fontes subsidiárias do Direito Eleitoral 11
7. Formas de interpretação do Direito Eleitoral 11
8. Formas de auto-integração do Direito Eleitoral 13
9. O final da competência eleitoral 13
10. A forma de governo, a forma de Estado, o sistema de governo e o regime de governo 14
11. A antinomia da Lei Eleitoral (princípio da anualidade) 14
12. Observações didáticas constitucionais 15
13. Das resoluções 16
13.1. A natureza jurídica da resolução eleitoral 17

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 3 ESTUDO SOBRE A JUSTIÇA ELEITORAL 19
1. Noções preliminares 19
1.1. Características institucionais 19
1.2. Características peculiares da Justiça Eleitoral 19
2. Órgãos e composição 19
3. O princípio da periodicidade da investidura das funções eleitorais 20
4. O Tribunal Superior Eleitoral 20
4.1. Composição 20
4.2. A indicação de advogados para o TSE 21
4.3. O princípio da diversidade na composição de seus órgãos colegiados 21
4.4. A eleição do presidente e do vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral 22
4.5. A eleição do corregedor eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral 22
5. A competência do TSE 22
5.1. A jurisdição do TSE 22
5.2. O TSE e o sistema recursal 22
6. Os Tribunais Regionais Eleitorais 23
6.1. Composição 23
6.2. Como é feita a indicação do advogado para o TRE 23
6.3. A eleição do presidente e do vice do TRE 23
6.4. A eleição do corregedor do TRE 24
7. A competência do TRE 24
7.1. A jurisdição do TRE 24
7.2. O TRE e o sistema recursal 24
8. O tempo e a possibilidade de recondução dos juízes dos Tribunais Eleitorais 25
9. Os juízes eleitorais 25
9.1. A designação dos juízes 25
9.2. Garantias dos juízes eleitorais 25
9.3. O afastamento do juiz eleitoral 26
9.4. Atividades dos juízes eleitorais 26
9.5. A jurisdição dos juízes de direito 26
9.6. As competências dos juízes eleitorais 26
9.7. A suspeição do juiz eleitoral 27
9.8. Duas observações importantes 27
10. Das juntas eleitorais 27
10.1. A origem histórica 27
10.2. Composição 27

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

10.3. Observações didáticas sobre as juntas 28
10.4. Desdobramento da junta eleitoral 29
10.5. Competência da junta eleitoral 29
10.6. Os impedidos de participar das juntas eleitorais 29
10.7. Das consultas eleitorais 30

CAPÍTULO 4 ESTUDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL 33
1. Noções didáticas 33
2. O Ministério Público Eleitoral 33
2.1. Fundamentação legal 33
3. Competências na jurisdição eleitoral 34
4. Principais atividades do promotor de Justiça Eleitoral 34
4.1. Participação nas reuniões judiciárias 37
4.2. O exercício da ação pública 38
5. O início da ação penal eleitoral 38
5.1. O princípio da oficialidade 38
6. O Ministério Público na fase de execução 38
7. O Ministério Público na fase recursal 39
8. Outras funções desempenhadas pelo promotor de Justiça Eleitoral 39
9. Da suspeição, do impedimento, da incompatibilidade do promotor eleitoral 39
10. Princípios do Ministério Público Eleitoral 39
10.1. Princípio da federalização 40
10.2. Princípio da delegação 40
10.3. Fundamento do princípio da delegação 40
10.4. Princípio da excepcionalidade 40
11. O Ministério Público e o exercício de atividade político-partidária 41

CAPÍTULO 5 DO ALISTAMENTO ELEITORAL, DO DOMICÍLIO ELEITORAL, DA RETIFICAÇÃO DO TÍTULO, DA SEGUNDA VIA, DA TRANSFERÊNCIA, DA PERDA E EXTRAVIO DO TÍTULO 43
1. Noções didáticas 43
1.1. Da qualificação 43
1.2. Da inscrição 43
2. O alistamento eleitoral 43
2.1. Tipos de alistamento 43
2.2. Os inalistáveis 44
2.3. Observações didáticas 44

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.4. O naturalizado brasileiro e o alistamento 45
2.5. Exceções quanto à "obrigatoriedade" do alistamento .. 45
2.6. Do requerimento de alistamento 46
2.7. Observações didáticas 47
2.8. Do encerramento do alistamento 50
3. Do domicílio eleitoral 51
4. Da vinculação do eleitor 52
5. Da retificação do título 52
6. Da segunda via 53
6.1. O procedimento 53
6.2. A segunda via do título quando o eleitor estiver fora de seu domicílio eleitoral 53
6.3. O tempo para pedido de segunda via 54
6.4. O valor da segunda via 54
6.5. Condição à expedição da segunda via 54
6.6. A competência em caso de mudança de domicílio 54
7. Da transferência 54
7.1. As condições da transferência 54
7.2. O tempo do requerimento 55
8. O procedimento no caso de perda ou extravio do título anterior 56
9. O recurso contra a denegação do pedido de transferência 56
9.1. O procedimento 57
10. O arquivamento do processo de transferência 57
10.1. O procedimento do juiz 58
10.2. Impedimento ao pedido de transferência 58
11. Posição Majoritária do TSE 59

CAPÍTULO 6 DO CANCELAMENTO E DA EXCLUSÃO 61
1. Noções preliminares 61
2. As causas do cancelamento e da exclusão 61
2.1. As causas individuais 62
2.2. O cancelamento genérico 65
2.2.1. A legitimidade para propor o cancelamento e a exclusão 66
2.2.2. A exclusão por óbito 66
2.3. A exclusão pela pluralidade de inscrição 67
3. O processamento da exclusão e do cancelamento 67
3.1. As providências do cartório 68
3.2. O recurso da exclusão e do cancelamento 68
3.3. A fiscalização partidária 68
3.4. Previsão legal da fiscalização partidária 69

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 7 · DA CAPACIDADE POLÍTICA 71
1. Noções preliminares 71
1.1. Aquisição da capacidade política 71
1.2. Requisitos à capacidade política 71
2. Os direitos políticos 71
2.1. A essência do direito político 72
3. Prerrogativa para quem está no gozo dos direitos políticos 72
4. Restrição para quem não está no gozo dos direitos políticos 72
4.1. A capacidade eleitoral ativa e os direitos políticos negativos 73
5. A cassação dos direitos políticos 73
5.1. Dissenso doutrinário 73
5.2. A disposição auto-aplicável 74
6. Perda dos direitos políticos 74
6.1. A competência 75
7. Suspensão dos direitos políticos 75
7.1. Comentários didáticos 76
7.1.1. Recusa de cumprimento de obrigação 76
7.1.2. Perda da capacidade civil 77
7.1.3. Condenação criminal 78
7.1.4. A expressão: "enquanto durarem seus efeitos" 78
7.1.5. Resumo didático 80
7.1.6. A exigência do trânsito em julgado 80
7.1.7. A condenação em contravenção penal e a suspensão dos direitos políticos 82
7.1.8. A sentença penal que impõe medida de segurança ao inimputável, transitada em julgado e a possibilidade de acarretar a suspensão dos direitos políticos 82
7.1.9. A suspensão dos direitos políticos e a decretação da extinção da punibilidade com subsunção, nas causas elencadas no art. 107 do Código Penal 83
7.1.10. Improbidade administrativa 83
7.1.11. A condenação por improbidade administrativa e o efeito automático 84
8. Posições Majoritárias do TSE 84

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 8 DO SUFRÁGIO E DO VOTO 87
1. Noções didáticas 87
1.1. Conceito de voto 87
2. A diferença entre sufrágio e voto 87
2.1. Características do voto 88
2.2. Parâmetros constitucionais do voto 88
2.3. Classificação do voto 92
2.4. Modalidades de votos 92
2.5. A forma do voto 92
2.6. O sigilo do voto 92
3. Os sistemas de votação 92
3.1. Sistemas eleitorais 93
3.1.1. O sistema majoritário 93
3.1.2. O sistema proporcional 94
3.1.3. Os processos técnicos da representação proporcional 95
3.1.4. A técnica do número uniforme 95
3.1.5. A técnica do quociente eleitoral 96
3.1.6. Distribuição das sobras e o critério da média mais elevada 98

CAPÍTULO 9 DA ELEGIBILIDADE E DA INELEGIBILIDADE 101
1. Noções preliminares 101
1.1. O conceito de elegibilidade 101
1.2. Condições de elegibilidade próprias e impróprias 101
2. Inelegibilidade 102
2.1. Divisão das inelegibilidades 102
3. Inelegibilidades absolutas e relativas 103
4. Impugnações 104
4.1. O prazo 104
4.2. Como fazer a impugnação 104
4.3. A atividade do magistrado 104
4.4. A legitimidade 104
4.5. O eleitor e a possibilidade de impugnar o registro 105
4.6. O candidato e a submissão às medidas processuais 105
4.7. Os princípios básicos referentes à inelegibilidade 106
4.8. Os casos de inelegibilidade 113
5. A competência 113
5.1. A argüição de inelegibilidade será feita perante: 113

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6. A legitimidade 114
6.1. Quando é vedado ao Ministério Público impugnar 114
7. O procedimento 114
8. Posições Majoritárias do TSE 118

CAPÍTULO 10 DOS PARTIDOS POLÍTICOS 121
1. Noções preliminares 121
2. Principais características 121
2.1. Preceitos que devem ser observados pelos partidos políticos: 121
3. A autonomia dos partidos 121
4. Natureza e finalidade do partido político 122
5. O registro dos partidos políticos 122
6. O procedimento de criação de um partido 123
7. Os órgãos partidários 124
8. Das futuras alterações 125
9. Do credenciamento de delegados 125
10. Privilégios dos partidos políticos 125
10.1. Uma informação guardada a sete chaves 127
11. Vedações aos partidos políticos 127
12. O acesso aos partidos políticos 128
13. A extinção dos partidos 128
13.1. Observações didáticas 128
14. Convenções partidárias 130
14.1. A data-limite para os partidos e coligações solicitarem à justiça eleitoral o registro de seus candidatos 131
14.2. A candidatura nata 131
14.3. A verticalização das coligações 132
15. Divisão das eleições no Brasil 132
16. As espécies de convenções 133
17. Competência para o registro dos candidatos 133
18. As conseqüências da duplicidade de filiação 133
19. A fidelidade partidária e a posição do TSE 133
20. Posições Majoritárias do TSE 134

CAPÍTULO 11 DA PROPAGANDA POLÍTICA 135
1. Noções preliminares 135
1.1. Conceito de propaganda 135

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. Da liberdade de propaganda 135
3. O gênero e as espécies de propaganda 135
3.1. Espécie número 1: propaganda eleitoral 136
3.2. Espécie número 2: propaganda intrapartidária 136
3.3. Espécie número 3: propaganda partidária 136
4. Os princípios que regem a propaganda política 136
4.1. O princípio da legalidade da propaganda 137
4.2. O princípio da liberdade da propaganda 137
4.3. O princípio da responsabilidade solidária da propaganda 137
4.4. O princípio igualitário da propaganda 138
4.5. O princípio da disponibilidade da propaganda lícita . 138
4.6. O princípio do controle judicial da propaganda 138
5. A boca de urna 138
5.1. A fundamentação da proibição dos cem metros na boca de urna 138
5.2. O crime de "boca de urna" 139
6. A propaganda irregular 139
6.1. Conseqüências decorrentes do exercício da propaganda irregular 139
7. A propaganda eleitoral e o Ministério Público 141
8. O poder de polícia e a propaganda 141
9. Propaganda no rádio e na TV 142
10. Crimes quanto à propaganda eleitoral 143
11. A proteção da liberdade de propaganda 143
12. Da propaganda eleitoral em geral 144
12.1. Do início 144
12.2. A propaganda eleitoral 144
12.3. O fim do período da propaganda eleitoral 144
13. A Lei nº 9.504/1997 inovou sobre a propaganda eleitoral 145
13.1. Da propaganda intrapartidária 145
13.2. A vedação da propaganda gratuita 145
13.3. A vedação à pichação, à inscrição à tinta e à veiculação de propaganda 146
13.4. A propaganda em bens particulares 146
13.5. A propaganda nas dependências do Poder Legislativo 146
13.6. A propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos 146

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

13.7. A propaganda partidária ou eleitoral em recinto aberto ou fechado 146
13.8. O tempo de comunicação de eventos 147
13.9. O tempo de funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som 147
13.10. A exceção 147
14. A liberdade da propaganda lícita 147
15. As implicações da falta de ética na captação de sufrágio 147
16. Da propaganda eleitoral mediante *outdoors* 149
17. Da propaganda eleitoral na imprensa 149
18. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão 149
18.1. Sanções à inobservância do acima preconizado 150
18.2. A ausência permitida 151
18.3. A vedação em mais de um debate 151
19. A vedação aos cortes 151
20. A vedação à propaganda degradante 151
21. O direito de resposta 152
21.1. Do direito de resposta na Lei nº 9.504/1997 152
21.2. Os prazos do direito de resposta 152
21.3. O procedimento do direito de resposta 153
22. A forma das representações eleitorais 153
23. Posições Majoritárias do TSE 153

CAPÍTULO 12 ATOS PREPARATÓRIOS À VOTAÇÃO 157
1. Noções preliminares 157
1.1. Seções eleitorais 157
2. As mesas receptoras 157
2.1. Composição 157
2.2. Nomeação da mesa 157
2.3. Da impugnação da nomeação dos membros da mesa. 158
2.4. Os impedimentos 159
2.5. Penalidade para quem não declarar impedimentos 160
2.6. A instrução dos mesários 160
2.7. Da substituição do presidente 160
2.8. A sanção pelo não-comparecimento 161
2.9. A falta dos integrantes da mesa 163
2.10. Da impossibilidade de realização do pleito 164
2.11. Atribuições do presidente da mesa 164
2.11.1. Observações didáticas 165
2.12. Atribuições do secretário da mesa 165

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. Da fiscalização das eleições 166
4. Crimes 168
5. Da dispensa do serviço 168
5.1. Observações didáticas 169
6. O poder de polícia 170
7. Da votação 170
7.1. Votos em separado 170
7.2. Casos do voto em separado 170
8. Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos ... 171
8.1. O voto de legenda na eleição proporcional 172
8.2. A seqüência do painel 172
8.3. A impressão do voto 172
8.4. Do treinamento 172
8.5. O sigilo da urna eletrônica 172
8.6. O momento da votação 173
8.7. O tempo da votação 173
8.8. Proclamação e diplomação dos eleitos 173
8.9. Competência para diplomação 173
8.10. Efetivação da proclamação 173
8.11. O que deve conter o diploma 173
8.12. O diploma do suplente 174
8.13. Impedimento à diplomação 174
8.14. O diploma em caso de recurso 174
8.14.1. Observações didáticas 174

CAPÍTULO 13 DOS RECURSOS ELEITORAIS 177
1. Noções gerais 177
1.1. O procedimento e a interposição do recurso 177
1.2. A diferença entre impugnação e recurso 177
2. As decisões que comportam recursos 178
3. Fundamentos recursais 178
4. Da sucumbência 179
5. As características do recurso 179
6. O efeito constante e mais amplo de toda interposição recursal: impedir ou retardar preclusões 179
7. O princípio da preclusão temporal 180
7.1. A vantagem da preclusão 181
7.2. Os tipos de preclusão 182
7.3. Duas observações didáticas sobre preclusão 183
8. Efeito recursal 183

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9. Dos prazos recursais eleitorais 185
9.1. Previsão legal 185
9.2. Como fazer a contagem dos prazos recursais 186
10. Classificação dos recursos eleitorais 187
10.1. Estudo específico dos recursos 188
10.1.1. Apelação eleitoral 188
10.1.2. O recurso interposto sem as razões 189
10.1.3. Casos em que cabem recursos de apelação. 189
10.2. Recurso inominado eleitoral 192
10.2.1. O juízo de retratação 192
10.2.2. Previsão legal 192
10.2.3. Casos em que cabe recurso inominado (agravo de petição) 193
10.2.4. As principais decisões judiciais a que se pode opor o recurso inominado 194
10.3. O recurso ordinário eleitoral 195
10.3.1. Cabimento do recurso ordinário 196
10.4. Recurso especial eleitoral 196
10.5. Cabimento do recurso especial 198
10.5.1. O procedimento 199
10.6. Os embargos de declaração eleitoral 200
10.6.1. A natureza jurídica 200
10.6.2. Os embargos em decisão monocrática 200
10.6.3. Embargo de declaração por terceiro 201
10.6.4. O juízo de retratação 201
10.6.5. Previsão legal 201
10.7. Carta testemunhável eleitoral 203
10.8. O recurso extraordinário eleitoral 204
10.8.1. Cabimento 205
10.8.2. O prazo 206
10.9. Embargos de nulidade e infringentes eleitoral 206
10.10. O agravo de instrumento 207
10.10.1. A formulação do agravo 208
10.10.2. O procedimento 208
10.11. Recurso em sentido estrito eleitoral 210
10.11.1. As hipóteses de cabimento 210
10.11.2. Procedimento 211
10.12. Agravo de execução eleitoral 212
10.12.1. Previsão legal 212
10.12.2. As hipóteses de cabimento 212
10.13. Recurso partidário interno 213

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

11. Ações eleitorais 214
11.1. *Habeas data* eleitoral 214
11.1.1. Previsão legal 215
11.1.2. Procedimento 216
11.2. Mandado de injunção eleitoral 216
11.2.1. Previsão legal 216
11.3. Revisão criminal eleitoral 217
11.3.1. Previsão legal 218
11.3.2. As hipóteses de cabimento 218
11.4. Ação rescisória eleitoral 218
11.5. O habeas corpus no Direito Eleitoral 220
11.5.1. A competência para julgar o *habeas corpus* eleitoral 221
11.6. O mandado de segurança eleitoral 222
11.6.1. A legitimação passiva e ativa 222
11.6.2. As autoridades coatoras 223
11.6.3. O mandado de segurança e a coisa julgada. 224
11.6.4. Legitimidade *ad partem* 224
12. Posições Majoritárias do TSE 225

CAPÍTULO 14 DOS CRIMES ELEITORAIS 227
1. Noções preliminares 227
2. Conceito de crime 227
2.1. Divergência doutrinária 227
3. Os crimes eleitorais 228
3.1. Classificação 228
3.2. Os crimes eleitorais no Código Eleitoral 229
3.3. Os crimes eleitorais da lei das eleições 229
4. Como identificar o crime eleitoral 229
5. A Lei nº 9.099/1995 e os crimes eleitorais 230
6. A cessação do exercício da função pública 230
7. Atribuição para realização do inquérito em crime eleitoral 231
8. Das garantias eleitorais 231
8.1. A prisão do eleitor 231
8.2. A legitimidade para denunciar o abuso de poder 232
8.3. A força pública no edifício 232

BIBLIOGRAFIA 235

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br